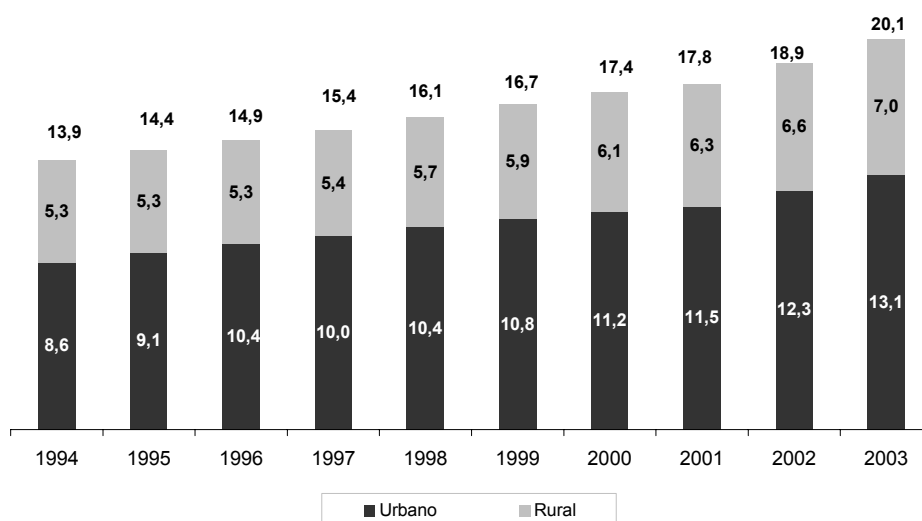


10 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – MPS

Previdência Social Básica

A Previdência Social vem apresentando crescentes incrementos em seus números de beneficiários. De dezembro de 2002 a dezembro de 2003, houve um crescimento de 3,43% no número de benefícios emitidos, passando de 21,126 milhões para 21,852 milhões, dos quais 20,150 milhões são previdenciários (incluindo Pensões e Rendas Mensais Vitalícias). Dentro desses benefícios, cerca de 13,110 milhões (65,06%) referem-se a benefícios pagos a pessoas da área urbana, 7,040 milhões (34,93%) para pessoas da área rural.

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL - 1994 a 2003



Boletim Estatístico de Previdência Social. Elaboração: MPS / Secretaria de Previdência Social.
Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social AEPS.

O total de benefícios concedidos em 2003 foi de mais de 3,545 milhões. Deste total, o salário maternidade representa 19,88% e o auxílio-doença 38,67% e juntos, representam 58,56%, índice inferior a 2002, quando o salário-maternidade representava 25,72% do quantitativo, e todos os benefícios eram concedidos pelas Agências do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Em relação à concessão de benefícios, houve então um decréscimo de 8,35% no ano de 2003 em relação a 2002, o que se explica pelas paralisações dos servidores administrativos nos meses de junho a agosto e, posteriormente, dos médicos peritos no mês de dezembro.

Em relação ao valor médio dos benefícios, houve melhorias entre 2002 e 2003. Enquanto em 2002 o valor médio de um benefício da Previdência Social era de R\$ 399,66, em 2003 esse valor subiu para R\$ 451,10 ou seja, houve um aumento nominal de 12,87%. Em todos os benefícios emitidos da Previdência Social houve aumentos nominais da ordem de: 18% da espécie previdenciária e 21% da espécie acidentário. A única exceção foi para o salário-maternidade, em virtude da mudança nas regras de pagamento dos benefícios. A partir de 2003 o pagamento do salário-maternidade das empregadas passou do INSS para a própria empresa, fazendo com que essas empregadas, com salários maiores, saíssem das estatísticas dos benefícios emitidos.

BENEFÍCIOS EMITIDOS E CONCEDIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL

GRUPOS DE ESPÉCIES	BENEFÍCIOS EMITIDOS				BENEFÍCIOS CONCEDIDOS			
	QUANTIDADE (Em Mil)		VALOR PAGO (R\$ Milhões)		QUANTIDADE (Em Mil)		VALOR PAGO (R\$ Milhões)	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
PREVIDENCIÁRIOS	18.153	18.785	80.921,6	98.952,0	3.379	3.144	1.311,0	1.447,8
Aposentadorias	11.787	12.143	56.323,2	67.883,7	763	757	299,0	335,1
Idade	5.940	6.170	17.163,5	21.025,6	429	444	107,0	129,7
Invalidez	2.347	2.417	8.216,3	10.339,9	175	175	75,0	89,0
Tempo de Contribuição	3.500	3.556	30.943,4	36.518,3	160	139	117,0	116,4
Pensões por Morte	5.356	5.471	19.923,7	24.237,7	326	302	125,0	135,3
Auxílio-Doença	849	1.089	3.977,4	6.145,7	1.288	1.371	558,0	712,2
Salário-Maternidade	142	60	634,3	598,4	995	705	327,0	262,2
Outros ⁽¹⁾	19	23	63,0	86,6	6	8	2,0	3,0
ACIDENTÁRIOS	720	736	2.752,4	3.408,7	204	165	101,0	96,8
Aposentadorias	124	130	638,9	820,6	10	9	6,0	6,3
Pensão Por Morte	130	130	697,1	816,5	2	2	1,0	1,4
Auxílio-Doença	107	117	667,4	876,7	180	146	90,0	85,2
Auxílio-Acidente	263	265	670,6	806,1	11	9	4,0	3,8
Auxílio-Suplementar	96	94	78,4	88,8	1	0	0,0	0,1
ASSISTENCIAIS	2.253	2.330	5.171,9	6.403,3	285	236	55,0	54,5
Amparos Assistenciais	1.561	1.701	3.428,1	4.533,2	284	236	55,0	54,3
Idoso	585	665	1.251,7	1.742,8	140	116	27,0	26,8
Portador de Deficiência	976	1.036	2.176,4	2.790,4	144	119	28,0	27,5
Pensões Mensais Vitalícias	18	18	87,5	100,7	1	0	0,0	0,2
Rendas Mensais Vitalícias	674	611	1.656,3	1.769,4	0	0	0,0	0,0
Idade	237	208	592,2	612,4	0	0	0,0	0,0
Invalidez	437	403	1.064,1	1.157,0	0	0	0,0	0,0
TOTAL	21.126	21.852	88.846	108.764	3.868	3.545	1.467	1.599

FONTE: Boletim Estatístico da Previdência Social - SPS/MPs

(1) Inclui as espécies: 25 - Auxílio-reclusão; 36 - Auxílio-acidente; 48 - Abono de permanência em serviço 20%.

A estratégia de implementação definida para o Programa priorizou a melhoria do cadastro dos benefícios e a utilização do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS para consultas dos segurados via Internet. A utilização do CNIS para o reconhecimento dos direitos previdenciários tornou mais simples o processo de concessão de benefícios, por disponibilizar informações a respeito da vida laboral do trabalhador. O total de registros no banco de recolhimentos já ultrapassou 1,298 bilhão. Este cadastro está disponível para consultas, via Internet, desonerando o trabalhador, quando da requisição do benefício, de apresentar a relação de empregos e salários.

No que tange à adoção de sistemática para identificação e inscrição do segurado especial, de forma a eliminar fraudes na contagem de tempo de serviço rural e proteger o trabalhador rural de intermediários de má fé no momento da solicitação de benefícios, as iniciativas foram precursoras se constituindo de reuniões realizadas nos Estados de Pernambuco, Maranhão, Piauí e Paraná, com a participação dos Gerentes Executivos, Chefe de Divisão/Serviço de Benefício, Chefes de Agência, bem como de representantes da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, das Federações Estaduais, e de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, com o objetivo de esclarecer a legislação previdenciária rural, bem como solucionar questões locais que prejudicavam o atendimento aos trabalhadores rurais.

Durante o exercício de 2003, foi concebido um novo marco legal, cujos avanços representam conquistas para os segurados da Previdência Social:

- estendeu a aposentadoria especial ao cooperado e dispôs sobre o respectivo custeio (Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003);
- estabeleceu que não ocorre perda da qualidade de segurado nos casos de aposentadoria por tempo de contribuição, especial e por idade, esta última desde que o segurado tenha contribuído por tempo igual à carência exigida para a concessão do benefício (Lei nº 10.666, de 2003);
- determinou que os benefícios serão reajustados na mesma data de reajuste do salário mínimo e que, a partir da competência 04/2004, os benefícios deverão ser pagos do primeiro ao quinto dia útil do mês seguinte ao de sua competência (Lei nº 10.699, de 9 de julho de 2003);

- estabeleceu o retorno do pagamento do salário-maternidade da segurada empregada pela empresa (Lei nº 10.710, de 5 de agosto de 2003);
- manteve o pagamento pelo INSS do salário maternidade das demais seguradas e dos casos de adoção (Lei nº 10.710, de 5 de agosto de 2003);
- determinou o pagamento de resíduos de benefício de prestação continuada não recebido em vida pelo beneficiário aos herdeiros ou sucessores na forma da lei civil (Decreto nº 4.712, de 29 de maio de 2003);
- estabeleceu a conversão do tempo de atividade sob condições especiais em tempo de atividade comum para todo e qualquer período, dentre outros (Decreto nº 4.827, de 03 de setembro de 2003); e,
- foi prorrogado o prazo de 05 para 10 anos da revisão, em função da medida Provisória nº 138, de 19 de novembro de 2003.

O levantamento de estatísticas quanto ao registro de acidentes do trabalho no âmbito da Previdência Social é imprescindível para a prevenção efetiva de doenças profissionais e acidentes do trabalho, avaliação, intervenção e atualização da relação dos graus de riscos atribuídos às atividades econômicas. Neste sentido, o elenco de informações que compõe o Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho visa o acompanhamento da eficácia dos investimentos na melhoria das condições e dos ambientes de trabalho e proporciona a elaboração de estudos com objetivo de oferecer, a órgãos públicos e privados, informações e estatísticas confiáveis com vistas à redução dos acidentes de trabalho.

O Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho, elaborado pela Secretaria da Previdência Social e pela DATAPREV, está disponível na página do Ministério da Previdência Social, na Internet (www.previdenciasocial.gov.br). Em média, as estatísticas revelam que, dos 350 mil acidentes de trabalho registrados no Brasil todos os anos, 3 mil trabalhadores morrem, de 15 a 20 mil ficam incapacitados total ou parcialmente e 150 mil ficam incapacitados temporariamente por mais de 15 dias.

Em 2003, a partir de procedimento estabelecido pelo art. 10 da Lei nº 10.666, de 2003: "a alíquota de contribuição de um, dois ou três por cento poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento, em razão do desempenho da empresa em relação à respectiva atividade econômica, apurada em conformidade com os resultados obtidos a partir dos índices de frequência, gravidade e custo". Assim, as empresas passam a ser bonificadas ou taxadas de acordo com o desempenho em relação aos acidentes de trabalho. É a denominada tarifação "bônus/malus", que tem prazo para a regulamentação até maio de 2004. Atualmente, o custo Brasil devido a acidentes de trabalho é estimado em 2,2% do Produto Interno Bruto.

No sentido do alcance de maior clareza, transparência e eficácia contábil, definindo claramente cada modalidade de benefício de caráter não-contributivo dos benefícios tradicionais contributivos, no exercício de 2003, foi realizada, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a transferência das despesas com o pagamento dos benefícios da Renda Mensal Vitalícia para o Fundo Nacional de Assistência Social, pois, apesar de historicamente terem sido pagos à conta de dotação específica para benefícios previdenciários, os benefícios da Renda Mensal Vitalícia não integram o Plano de Benefícios da Previdência Social.

No decorrer de 2003, a diretoria de Recursos Humanos promoveu ações de desenvolvimento gerencial atingindo todas as Superintendências e Gerências Executivas do INSS, buscando a melhoria da gestão pública, principalmente no que se refere ao uso de técnicas de planejamento, gestão e motivação das equipes. Assim, foram proporcionadas 1.606 oportunidades de capacitação, envolvendo os dirigentes regionais e da direção central, privilegiando temas atuais tais como: negociação, gestão do tempo, gestão de riscos, gerenciamento com qualidade, responsabilidade fiscal, ética pública, trabalho em equipes e cidadania.

Ressalte-se a realização do Encontro Nacional sobre Gestão Estratégica de Pessoas, envolvendo todos os dirigentes das áreas de Administração de RH e Desenvolvimento de Pessoal totalizando 204 chefias regionais, também, a nomeação dos 102 novos Gerentes Executivos escolhidos mediante processo interno de seleção, precedida de treinamento de capacitação gerencial, realizada em parceria com a Universidade de Brasília.

Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União

No exercício de 2003 foram atendidas 86.965 pessoas beneficiárias, vítimas de danos resultantes de situações pelas quais a União se julga responsável, no valor de R\$ 623,9 milhões.

ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS			VALOR PAGO EM R\$ MIL		
	DEZEMBRO		VARIAÇÃO %	2002 A	2003 B	VARIAÇÃO % B/A
	2002 A	2003 B				
ECT	7.029	6.803	(3,22)	106.993	117.089	9,44
Rede Ferroviária	126.554	74.476	(41,15)	521.764	377.105	(27,72)
Estatutário	3.634	2.819	(22,43)	16.821	15.334	(8,84)
Anistiados	2.489	2.397	(3,70)	97.206	109.848	13,01
Talidomida	389	407	4,63	3.663	4.383	19,66
Hemodiálise (Caruaru)	64	63	(1,56)	148	172	16,54
TOTAL	140.159	86.965	(37,95)	746.594	623.932	(16,43)

Fonte: DATAPREV

Programa Arrecadação de Receitas Previdenciárias

A Previdência Social fechou o ano de 2003 com uma necessidade de financiamento, em termos nominais, da ordem de R\$ 26,4 bilhões, resultado de uma arrecadação de R\$ 80,7 bilhões frente a uma despesa com benefícios previdenciários de R\$ 107,1 bilhões. Em valores de dezembro de 2003, deflacionados pelo INPC, a necessidade de financiamento atingiu R\$ 27 bilhões, o que representou um crescimento de 33,6% em relação à necessidade de financiamento verificada em 2002 (R\$ 20,2 bilhões).

Determinaram o crescimento da necessidade de financiamento em relação a 2002 a queda de 2,6% da arrecadação e o incremento de 4,4% na despesa. Pelo lado da Arrecadação Previdenciária, destacam-se como principais condicionantes (i) o comportamento do mercado de trabalho, com deterioração da massa salarial formal e impactos negativos nas receitas previdenciárias correntes e (ii) a redução em 17,9% dos ingressos de receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos.

ARRECADAÇÃO X BENEFÍCIOS

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ Mil		
	2002	2003	D %
Arrecadação Líquida	70.888.626	80.968.308	14,21
Arrecadação Bancária	71.827.576	81.674.547	13,71
(-)Terceiros e Restituições	5.461.302	5.863.196	7,36
SIMPLES	2.810.330	3.393.562	20,75
REFIS	400.260	303.198	-24,25
FNS	12.902	8.243	-36,11
CDP	60.059	-	
FIES	495.166	493.499	-0,34
Quitação Dívida	114.987	-	
Depósitos Judiciais	628.649	958.455	52,46
Benefícios	92.674.153	107.134.805	15,60
Diferença	-16.998.977	-20.048.589	17,94

Fonte: Extrato Banco do Brasil e do BACEN, e SIAFI

A receita que obteve o maior crescimento comparada com o mesmo o ano anterior, foi a das Empresas Optantes do Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte - SIMPLES que representa a maior participação dentre os repasses, apresentou em relação a dezembro um crescimento de 22,16% e, no acumulado do ano, de 20,75%. Já a receita referente ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS obteve um decréscimo de 24,25% relativo a 2002. A Comercialização da Produção Rural foi outra receita que obteve um resultado significativo, apresentando um aumento de 35,96% em relação ao ano de 2002.

A Previdência Social intensificou, no ano de 2003, as ações de combate à sonegação e às fraudes. Várias medidas foram tomadas, levando-se em consideração a qualificação dos servidores, o aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia e do controle interno, bem como a possibilidade de cruzamento de informações com bancos de dados de outras entidades públicas. A fiscalização centrou os esforços na atividade de monitoramento dos grandes contribuintes que, juntos, respondem por 80% da arrecadação. Foram desenvolvidas ações específicas de fiscalização junto aos empregadores que expõem seus trabalhadores a agentes nocivos à saúde, às empresas que atuam na área da construção civil, prestação de serviços e nas entidades beneficentes.

Por intermédio das ações de fiscalização, foi possível reaver R\$ 16,7 bilhões, no exercício de 2003. Este valor, proveniente de notificações fiscal de lançamento de débito, autuações, confissões de débitos e recolhimentos realizados durante a fiscalização, é suficiente para pagar, aproximadamente, 66 milhões de benefícios com valor de R\$ 240,00. Foram realizadas 89.449 ações fiscais. A intensificação da fiscalização, nas empresas com indícios de sonegação, corresponde a 51.507 ações fiscais.

A partir de 1º de setembro, foi iniciada, também, ação fiscal específica voltada para as 154 maiores empresas que têm registros de riscos ocupacionais e atuam no Brasil. Foram levantados R\$ 470 milhões de créditos previdenciários, com as auditorias fiscais encerradas em 2003. Até o fim de todas as ações em andamento a perspectiva é que montante possa atingir o montante de R\$ 1,8 bilhão. As contas de outras 180 empresas serão auferidas por meio de um programa desenvolvido especialmente para o ramo da construção civil.

As fiscalizações especiais em segmentos específicos resultaram em créditos de R\$ 2,95 bilhões provenientes da fiscalização em órgãos públicos. A atuação fiscal em 78 empresas nas quais a contabilidade já havia sido analisada em gestões anteriores, resultou na identificação de R\$ 265 milhões em créditos sonegados. A fiscalização chegou também aos clubes e às federações de futebol: R\$ 26,5 milhões sonegados foram descobertos.

De janeiro a dezembro de 2003, foram recuperados pela Procuradoria Federal Especializada no INSS R\$ 2,97 bilhões, superando em 98,39% a meta prevista para o ano. Este desempenho é reflexo de um conjunto de ações voltadas para a recuperação de dívidas do INSS, destacando-se: fortalecimento de oito Divisões de Cobrança de Grandes Devedores, segmento que responde por 84% do total da dívida ativa do INSS; estudo voltado para a contratação de empresa especializada para localização de bens devedores no exterior; e formalização de convênios com órgãos que possuem bancos de dados (Tribunais Regionais Eleitorais, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, INCRA, SERASA, Ministério da Justiça, COAF e outros), para intercâmbio de informações. Ainda, em 2003, a Procuradoria Federal Especializada adotou uma nova prática, a penhora do faturamento das empresas, que aumentou significativamente a arrecadação e será o principal instrumento de cobrança de dívida ativa.

A realização de uma parceria com a Receita Federal resultou em um trabalho de análise dos documentos contábeis das 350 maiores entidades beneficentes isentas da cota patronal. Juntas, elas respondem por 70% da renúncia total das filantrópicas – estimada em R\$ 2,73 bilhões para o exercício de 2003. Como fruto desse trabalho, treze instituições tiveram pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social cancelado, por não cumprirem os requisitos de filantropia definidos por lei.

A Previdência Social pôde, também, cumprir sem ressalvas o previsto pelo art. 81, da Lei nº 8.212, de 1991, que dispõe sobre a divulgação da lista de devedores da Previdência Social. Em maio de 2003, após uma minuciosa revisão dos cadastros, foi divulgada em entrevista coletiva à imprensa e por meio do sítio oficial na Internet a lista de todos os devedores, incluindo valores e situação de cada pendência.

No mês de dezembro de 2003, foram realizadas 94.935 novas inscrições na Previdência Social, relativas aos seguintes segurados: contribuinte individual, empregado doméstico, especial e facultativo. No período acumulado de janeiro a dezembro de 2003, o total alcançado foi de 1.226.594 inscrições, o que significou um aumento de 0,31% em relação ao mesmo período do ano anterior (1.222.743 inscrições).

Observa-se que, dentre os sistemas informatizados disponíveis ao cidadão, o mais utilizado no mês de novembro de 2003, para se efetuar as inscrições, foi o Sistema on-line de Cadastramento do Contribuinte Individual – CADCI, que representou 48,1% do total de inscrições, seguido da INTERNET, do PREVFONE, do PREVFÁCIL e do PRISMA, que responderam, respectivamente, por 42,3%, 9%, 0,4% e 0,3% do total de inscrições neste período.

Programa Qualidade do Atendimento na Previdência Social

Auditoria Preventiva e Corretiva Em Rotinas, Procedimentos e Processos

A Auditoria-Geral realizou 931 ações nas áreas de Benefício, Receita Previdenciária e Gestão Interna, bem como ações extraordinárias, para apuração de denúncias e irregularidades, produzindo diversas recomendações para as áreas específicas.

Modernização da Gestão Administrativa e de Serviços Previdenciários

O desenvolvimento e modernização da Gestão Administrativa e de Serviços Previdenciários realizou um estudo voltado à mensuração de desempenho institucional em todas as unidades de atendimento da Previdência Social, sistematizado por meio do Sistema de Acompanhamento de Desempenho - SAd, disponível na Intraprev. Tal instrumento foi formalizado por intermédio da Resolução INSS/DC nº 134, de 16/08/2003. Os dispêndios ocorridos ao longo do ano corresponderam à disseminação dessa ferramenta de acompanhamento de desempenho nas 102 Gerências Executivas do INSS.

Reformulação da Rede de Atendimento da Previdência Social

A rede de atendimento ao público da Previdência Social é composta por unidades de atendimento fixas e móveis. Atualmente são 1.148 Agências da Previdência Social e, entre essas, estão 75 Unidades Móveis - PREVMóvel (69 carros e seis barcos). Desde 1998, data em que se iniciou o Programa de Melhoria do Atendimento - PMA, foram disponibilizadas 483 unidades reformuladas, que oferecem todos os serviços previdenciários em um único ambiente, como arrecadação e cobrança das contribuições previdenciárias, bem como o reconhecimento inicial, manutenção e revisão de direitos ao recebimento de benefícios previdenciários e ampliação do controle social. Das 48 obras programadas para serem finalizadas em 2003, 41 estão concluídas.

Ouvidoria -Geral da Previdência Social

As ações da Ouvidoria-Geral do Ministério buscaram cobrir quatro segmentos da comunicação institucional do Órgão: o primeiro relacionado à divulgação do atendimento prestado pela Ouvidoria-Geral; o segundo, à ampliação e melhoria dos canais de contato dos usuários com o órgão; o terceiro, vinculado à prestação das informações solicitadas pelo interessado na solução do seu caso concreto; e o quarto, referente à produção de relatórios estratégicos destinados a subsidiar a Previdência Social na melhoria dos serviços por ela oferecidos ao público. O atendimento da Ouvidoria-Geral da Previdência Social, no ano de 2003, cresceu 83% em relação a 2002.

Serviços Interativos da Previdência Social - PREVfone/PREVNet /PREVfácil

A disponibilização de canais de comunicação com a Previdência Social se tornou mais acessível à população, por meio do PREVfone, do PREVNet, do PREVfácil e da Ouvidoria-Geral da Previdência Social. Em 2003 foram atendidos 43.698.965 usuários por intermédio dos serviços interativos PRENet, PREVfone e PREVfácil, com gastos de R\$ 3.389.266 para realização dos serviços.

Um resultado importante foi a disponibilização de 67 tipos de serviços por meio da Internet, de maneira segura, confiável e ágil, além de apresentar uma modalidade de atendimento diferenciado, atendendo o trabalhador que ainda não encontra-se filiado à Previdência, o trabalhador com Previdência e o Empregador.

O número de acessos à Internet, em 2003, foi de cerca de 31,18 milhões, representando crescimento de 273,5% em relação a 2002, entre as seguintes categorias: inscrições na Previdência Social; formulários solicitados para requerer benefício; extrato de pagamento de benefício; andamento de processo de benefício (concessão inicial); andamento de processo de benefício (revisão); cálculo de contribuições e emissão de GPS - Guia da Previdência Social (filiados antes de 29/11/1999); consulta a CND - Certidão Negativa de Débito emitidas; formulários de arrecadação; e pedido de CND.

Dentre os novos serviços disponibilizados, a partir de 2003, merecem ser citados, pela importância que representam para o segurado da Previdência Social: carta de concessão e memória de cálculo de benefício; consulta de beneficiários que necessitam do cadastramento; e, lista de devedores da dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social.

Aperfeiçoamento das bases cadastrais

A adequação dos dados cadastrais dos beneficiários configura-se como uma condição essencial para a Previdência Social, no sentido de reduzir a ocorrência de fraudes. Esta atualização permite a identificação de

eventuais inconsistências nos dados cadastrais dos benefícios em manutenção, permitindo maior segurança na cessação de benefícios com indícios de fraudes ou irregularidade.

Este procedimento é também necessário para manter a igualdade dos dados constantes das bases de dados corporativos constantes do Sistema Único de Benefícios - SUB e do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS. A atualização dos dados cadastrais dos beneficiários é efetuada por intermédio do Sistema de Identificação Única de Beneficiários - IUB que alimenta a base dos sistemas corporativos. Foram atualizados 270.585 benefícios e 765.147 informações relativas a instituidores, procuradores, representantes legais e dependentes, as quais, de acordo com a legislação em vigor, compõem o conjunto das informações do benefício. Foram concluídos 393.435 processos de benefícios previdenciários, representando 75,6% da meta prevista para o mês de dezembro. O acumulado do ano atingiu 5.256.788 processos de benefícios, atingindo 82,95% da meta anual.

Regularizada a situação de 273 municípios dos 339 previstos, representando 80%, que não estavam cadastrados no Sistema, passando a efetuar os pagamentos aos beneficiários em suas sedes evitando, assim, freqüentes deslocamentos dos beneficiários, assegurando a preservação do valor pago, pois o segurado economiza com transporte, além de fortalecer a economia local.

Previdência Complementar

O Sistema de Previdência Complementar Fechado apresenta números expressivos no contexto social e macroeconômico do País, na medida em que, segundo dados acumulados até 2003, conta com a participação de 2,5 milhões de participantes, entre trabalhadores ativos e assistidos, por meio de 350 Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) em funcionamento, administrando perto de 1.000 planos de benefícios que acumulam um patrimônio superior a R\$ 230 bilhões em ativos e que são patrocinados por cerca de 2.200 empresas. Nesse contexto, além de sua relevante função social, os fundos de pensão constituem, também, extraordinária fonte de acumulação de poupança de longo prazo, essencial para o fomento às atividades produtivas, financiamento da infra-estrutura e ao fortalecimento da capacidade de financiamento da economia produtiva.

Quanto aos resultados alcançados em busca de uma previdência básica forte, pública e democrática, o Governo está estruturando a previdência complementar, facultativa, capitalizada e operada pelos fundos de pensão. Com o objetivo de ampliar a fiscalização e oferecer ao sistema um ambiente regulatório estável e seguro, foram desenvolvidas, ao longo de 2003, diversas atividades:

- Reorientação da fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, fortalecendo a capacidade de fiscalização do Estado e, ao mesmo tempo, exigindo que os fundos de pensão tenham mecanismos internos de controladoria; isso passa pelo desenvolvimento do conceito de supervisão contínua, com ênfase na fiscalização indireta e no gerenciamento de riscos;
- Reforma Gerencial da SPC, com a integração das diversas áreas técnicas;
- Reestruturação do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), órgão colegiado, com poderes deliberativos, responsável pela normatização da previdência complementar operada pelos fundos de pensão (Decreto nº 4.678, de 24 de abril de 2003);
- Reestruturação emergencial da SPC, com a transformação das Coordenações de área em Departamentos (Decreto nº 4.687, de abril de 2003);
- Análise de 2.364 processos em 2003, dos 2.500 existentes, alguns pendentes desde 1998, tratando de diversos assuntos: equilíbrio financeiro de planos, aproveitamento de superávit, dívida do patrocinador, problemas, inclusive com litígio judicial, na composição de conselhos e diretorias dos fundos;
- Estruturação da Área de Fomento;
- Concepção e Elaboração de Projeto de Informatização para a SPC;
- Regulamentação da figura do “Instituidor” (Resolução CGPC nº 03/2003), permitindo que sindicatos, entidades associativas e conselhos de profissionais liberais possam criar entidades ou planos de previdência para seus associados, admitindo o aporte de contribuições eventuais ou periódicas pelos empregadores, sem que estes assumam a condição clássica de “patrocinadores” desses planos;

- Campanha institucional em favor do “instituidor”, com a realização de diversos seminários técnicos pelo País para, aproximadamente, mil dirigentes de sindicatos, de entidades associativas e de conselhos de profissionais liberais (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Conselho Federal de Medicina, CREA, etc). Aprovação dos primeiros planos criados por “instituidor” (Sindicado dos Engenheiros de São Paulo, Associação dos ex-alunos da Fundação Getúlio Vargas, Força Sindical, Cooperativa das Polícias Civil e Militar e da Secretaria de Educação de Minas Gerais, etc);
- Definição de regras para a “quarentena” de ex-dirigentes de fundos de pensão regidos pela Lei Complementar nº 108, de 2001 (patrocínio estatal);
- Formatação e formalização de convênio com a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP;
- Análise dos fundos de pensão em regime especial (liquidação, intervenção e administração especial);
- Mapeamento dos principais litígios na Justiça que tenham repercussão institucional para os fundos de pensão;
- Regulamentação dos institutos da portabilidade e do benefício proporcional diferido, harmonizando-os com os institutos do resgate e do autopatrocínio, e, dando aos participantes opções em caso de desligamento do plano;
- Elaboração de Proposta para o Grupo de Trabalho de Mercado de Capitais e Poupança de Longo Prazo sobre a reforma das regras que dispõem sobre a política de investimentos; esse trabalho culminou na Resolução CMN nº 3.121, de setembro de 2003;
- Reforma dos mecanismos de controle dos investimentos das entidades previdenciárias, com fixação de novos parâmetros para aferição de riscos e para a formulação de política de investimentos, etc;
- Novas regras para o Regime Disciplinar, com definição de critérios para condução de inquéritos, processos administrativos e aplicação de penalidades (Decreto nº 4.942, de 31 de dezembro de 2003)
- Criação de Regulamento Padrão para os instituidores;
- Formatação de curso de treinamento de membros dos conselho, deliberativo e fiscal, das entidades previdenciárias;
- Programa de treinamento dos servidores da Secretaria de Previdência Complementar, com a realização de dois seminários internos, envolvendo todos os setores do órgão, e o “Fórum de Debates da SPC”;
- Realização de dois seminários técnicos com os fiscais da SPC, tratando do novo conceito de fiscalização, com ênfase para controle de riscos;
- Estruturação de controle operacional por “planos” de benefícios;
- Realização, em conjunto com a Secretaria de Previdência Social, de Seminário Internacional com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE; e,
- Política Editorial que democratiza o acesso da informação sobre a área de fundos de pensão.

Gestão da Política de Previdência Social

Embora a ação *Formulação de Políticas na Área de Previdência Social* não tenha meta física, é interessante registrar alguns resultados alcançados no decorrer de 2003. Indubitavelmente, o fato mais importante foi a implementação da Reforma da Previdência Social, consubstanciada na aprovação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

As mudanças na Previdência eram necessárias para tornar o sistema de aposentadorias e pensões mais justo, reduzindo as desigualdades entre aposentados do serviço público (trabalhadores da União, estados e municípios) e aposentados do INSS (trabalhadores do setor privado na cidade e no campo). Além disso, era necessário tornar o sistema sustentável, enfrentando o grave desequilíbrio entre as receitas e o volume de benefícios pagos pelo sistema.

A Reforma da Previdência buscou a solução estrutural dos problemas enfrentados no regime previdenciário atual, garantindo não só a proteção social hoje, mas também no futuro. Para alcançar o objetivo de mais justiça e sustentabilidade ao sistema, adotou-se o princípio do cálculo do benefício com base nos salários de contribuição efetivamente registrados ao longo da trajetória contributiva do servidor, o não incentivo para aposentadorias precoces, o estímulo à permanência dos servidores em atividade, a redução dos super salários, a contribuição sobre os proventos de inativos e pensionistas, o aumento do teto previdenciário para os trabalhadores da iniciativa privada e a possibilidade de criação de sistemas complementares para os servidores, a exemplo da previdência complementar dos trabalhadores do setor privado.

Outras medidas, apoiadas pelo Programa de Gestão da Previdência Social foram no sentido do aperfeiçoamento da Legislação Previdenciária. No decorrer do ano de 2003, os seguintes atos legislativos foram editados, no sentido dotar a Previdência Social mais racionalidade, justiça social e celeridade no atendimento aos seus beneficiários: Lei nº 10.699, de 9 de julho de 2003, que permitirá a antecipação dos pagamentos de benefícios até o 5º dia útil de cada mês, a partir de abril de 2004, evitando transtornos aos aposentados que, em meses com feriados, chegam a receber no dia 18 do mês; ampliação da proteção social do trabalhador exposto a agentes nocivos, por meio do Decreto nº 4.882, de 18 de novembro de 2003, quanto ao nivelamento dos critérios da aposentadoria especial com a insalubridade. Também ampliada a proteção social com o Decreto nº 4.845, de 24 de setembro de 2003, que manteve a qualidade de segurado especial do produtor rural, que outorga a exploração em parceria de até 50% do imóvel rural, desde que seja de até quatro módulos fiscais. Por meio da Lei nº 10.710, de 5 de agosto de 2003, o benefício volta a ser pago pelo empregador, que compensará os valores na contribuição previdenciária, não exigindo da gestante o deslocamento até uma agência da Previdência Social para pleitear o Salário Maternidade.

Quanto ao aperfeiçoamento da gestão previdenciária, destaca-se o Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, como instrumento para o diálogo social importante na busca da transparência e legitimidade na resolução dos problemas da Previdência Social. Suas deliberações são respaldadas pelas entidades representativas do governo e da sociedade civil, mediante representantes dos aposentados, empregados e empregadores. As quatro categorias são co-autoras das decisões proferidas pelo Conselho, o que garante a participação e a responsabilidade no equacionamento dos problemas da Casa. Competências, organização, funcionamento e atribuições do CNPS estão definidos em seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 1.212, de 10 de abril de 2002.

O histórico das atuações do CNPS demonstra que, se por um lado ainda encontra espaço para implementar ações que permitam melhorias na sua atuação, por outro, o CNPS vem tratando de temas de grande relevância para o aperfeiçoamento da previdência brasileira.

Pelo lado das ações que permitiriam melhorias na atuação do CNPS, vêm sendo debatidos critérios de composição do Conselho, na busca de objetividade para escolha das entidades com assento no mesmo. Foi criado Grupo de Trabalho com o objetivo de definir critérios de escolha das entidades que representarão a sociedade civil no CNPS, bem como para a designação dos membros titulares e suplentes, com o correspondente mecanismo de alternância ou rodízio.

Quanto aos temas de grande relevância para o aperfeiçoamento da previdência brasileira, os debates no CNPS têm se traduzido em Resoluções sobre os mais variados assuntos, influenciando a edição de atos legislativos, o combate à fraude e corrupção, a ação fiscal do INSS, o debate acerca das renúncias previdenciárias, entre outros. Nessa linha, o CNPS buscou monitorar contratos como, por exemplo, o contrato com a rede bancária e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, no que concerne à prestação de serviços para concessão, manutenção, habilitação e pagamento de benefícios, bem como debruçou-se sobre os contratos da DATAPREV para serviços de informática, sempre buscando monitorar e aperfeiçoar a administração previdenciária. Continuou, também, a acompanhar o processo de desmobilização, o qual, iniciado em 1987, recebeu atenção especial e o plenário baixou resolução para que se priorizasse a venda dos imóveis ocupados ou de interesse de outros órgãos públicos e se aprimorasse o sistema de controle patrimonial. Em fevereiro de 2003, durante a 88ª reunião ordinária do CNPS, houve uma atualização dos dados, quando os conselheiros foram informados de que, atualmente, o valor contábil do patrimônio do INSS está estimado em 2,8 bilhões, incluindo todos os imóveis - inclusive os utilizados pelo INSS nas suas unidades de serviço.

No lado da educação previdenciária, o CNPS aprovou Resolução nº 1.227, de 25 de junho de 2003, propondo a realização de um termo de cooperação técnica entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e o Ministério da Previdência Social para desenvolver ações para expandir a cobertura da previdência social junto aos produtores rurais, e elevar os níveis de formalidade e arrecadação previdenciária na comercialização dos produtos agrícolas e pecuários. O termo já foi assinado e os cursos estão em desenvolvimento. A ênfase tem

sido dada à Previdência Rural, tendo o CNPS inaugurado, ao longo do ano de 2003, um ciclo de debates para remodelar a Previdência Rural. De fevereiro a julho de 2003, as reuniões do CNPS contaram com apresentações feitas pelos próprios conselheiros mostrando um diagnóstico da previdência rural do ponto de vista do governo, dos empregadores rurais e dos trabalhadores rurais. A 94ª reunião ordinária realizada em agosto de 2003 contou com a participação do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e da Federação dos Trabalhadores Rurais do Sul. Em setembro, na 95ª reunião ordinária, o debate foi voltado aos pescadores e a Previdência Social com a participação do Sindicato das Indústrias de Pesca e da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários. Dando continuidade ao ciclo de debates sobre a previdência rural, em outubro de 2003 ocorreu a apresentação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

Em abril de 2003, o CNPS aprovou Resolução que sugere o estabelecimento de Conselhos de Previdência Social junto às gerências executivas do INSS, para promover o diálogo social de forma descentralizada. Como consequência, foi publicado o Decreto nº 4.874, de 11 de novembro de 2003 criando os Conselhos, e o regimento interno desses conselhos foi aprovado pelo CNPS mediante a Resolução nº 1.234, em 17/12/2003.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação PDTI

O Plano Diretor de Tecnologia de Informação da Previdência Social - PDTI foi elaborado em conjunto pelo Ministério da Previdência, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, tendo como objetivo ser um instrumento de modernização e direcionador de todos os investimentos e projetos na área de Tecnologia da Informação.

Prevvia, em sua concepção, periódicas revisões e atualizações. Nesse sentido, destacamos os principais eventos que, em 2003, influenciaram os rumos dos projetos, de maneira a ratificá-los ou ajustá-los: novo Modelo de Gestão do INSS; reestruturação da área de Tecnologia de Informação, com a criação da Assessoria Especial de Tecnologia de Informação, no final de 2002; e reavaliação do Plano de Implementação do PDTI, à luz das diretrizes e estratégias do Governo Federal. Os principais resultados alcançados foram:

- Estruturação e implementação de um plano de comunicação das atividades, produtos e projetos associados ao Plano Diretor de Tecnologia de Informação com o desenvolvimento de uma página na IntraPrev;
- Desenvolvimento do Modelo Lógico de Dados detalhado, em âmbito corporativo, alinhado com o modelo conceitual de dados da Previdência Social. A disponibilização do produto para homologação pelo Comitê de Tecnologia da Informação da Previdência Social – CTI/PS ocorreu em outubro de 2003.
- Avaliação e definição de uma metodologia para o desenvolvimento de sistemas incluindo a adoção de uma metodologia, estabelecendo regras e padrões de desenvolvimento de sistemas dentro da Previdência Social. A definição de metodologia utilizou exclusivamente recursos internos à Previdência Social. O desenvolvimento dos demais produtos foi realizado dentro do prazo previsto, embora com ajustes posteriores. A Metodologia Orientada a Objetos foi submetida e aprovada em reunião ordinária do Comitê de Tecnologia da Informação da Previdência Social em 2/12/2003.
- Portaria CTI/PS nº1, de 7 de agosto de 2003 instituiu o Subcomitê de Estudos Técnicos, com objetivo de implantar o gerenciamento de projetos de TI de forma estruturada, na Previdência Social, focando em custos e riscos associados aos projetos e, também, selecionar tecnologia de Hardware e Software básico, passíveis de serem licitadas, que será utilizada por todos os ambientes operacionais da Previdência Social: Processamento Central, Cliente, Desenvolvimento e *Contact Center*.
- Realização do *Workshop* de Administração de Dados, realizado no Ministério da Previdência Social, nos dias 6, 7 e 8 de outubro de 2003 com objetivo de implementar o *Data Warehouse* da Previdência Social, utilizando-se do conceito de *Business Intelligence*, englobando a definição da tecnologia necessária e o desenvolvimento de sistemas gerenciais. Os demais projetos previstos no PDTI e não citados no relatório estão sendo reformulados.

Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias - SIPREV

O SIPREV constitui-se instrumento fundamental para implementação da Reforma da Previdência, que objetiva a unificação do órgão gestor dos sistemas previdenciários. Em 2003, foi realizada a contratação de consultoria para realização de cadastramento de dados das bases previdenciárias estaduais em dezessete unidades

da federação. O detalhamento dos resultados já obtidos está descrito no Programa Desenvolvimento de Regimes de Previdência dos Estados e Municípios.

Manutenção da Infra-Estrutura Tecnológica

A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV desenvolve soluções sustentáveis em tecnologia da informação, especialmente voltadas para a melhoria do atendimento ao cidadão-usuário da Previdência Social Pública. Seu objetivo é assegurar soluções de Tecnologia e Informação modernas e eficientes, de modo que os serviços e informações oferecidos pela Previdência Social atendam às necessidades dos usuários internos e externos. A rede única de telecomunicação da Previdência Social, atualmente, integra as redes locais de 1.200 endereços, com abrangência em 857 cidades do país, disponibilizando serviços para cerca de 45.000 usuários em mais de 39.000 estações de trabalho.

Em 2003 foi firmado contrato emergencial entre a DATAPREV e a Cobra Tecnologia para aluguel de computadores de grande porte, compatíveis com os requisitos técnicos necessários para alcançar grau satisfatório de estabilidade do desempenho operacional e assegurar a continuidade dos serviços prestados pela empresa. Durante o período desse contrato, deu-se início aos procedimentos licitatórios para aquisição da nova infra-estrutura tecnológica.

O contrato firmado, além de aumentar a capacidade de processamento, proporcionou economia de mais R\$ 700 mil mensais, pois o custo mensal do novo contrato é de R\$ 3,5 milhões enquanto que no contrato anterior de uso das antigas máquinas gastava-se R\$ 4,3 milhões. Houve ampliação de 60% da capacidade operacional dos serviços relacionados com o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS. Esta iniciativa proporcionou a melhora de 35,4% no desempenho dos sistemas informatizados que operacionalizam os serviços previdenciários relacionados com o reconhecimento dos direitos dos cidadãos aos benefícios previdenciários.

Durante o período de 2003 também foram realizados investimentos para adequação das infra-estruturas tecnológicas que atendem os serviços disponibilizados na Internet, correio eletrônico e o ambiente teste dos sistemas em desenvolvimento.

Desenvolvimento de Regimes de Previdência Social dos Estados e Municípios

O Programa de *Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência – PARSEP* gerou uma economia anual, no exercício de 2003, para dez estados analisados (AP, MA, MS, PE, RN, SE, TO, MG, RJ e SC), da ordem de R\$ 197 milhões, sem considerar a recuperação dos valores pagos indevidamente a servidores falecidos, “fantasmas” e com acúmulo irregular de cargos.

Algumas ações do Programa (Recadastramento de Servidores, Adequação das Bases de Dados para fins Previdenciários e Capacitação dos Técnicos Estaduais) representaram avanços expressivos no sentido de fomentar a implementação, pelos estados, de novas políticas previdenciárias, pautadas pelos preceitos da Constituição Federal.

Todos os Estados da Federação aderiram ao Programa e diversas ações e atividades estão sendo finalizadas em 17 estados. A economia acima somente foi possível em virtude das irregularidades detectadas pelas ações de recadastramento, como acúmulo irregular de cargo público, servidores “fantasmas” ou já falecidos recebendo salários na condição de ativos, envolvendo 25.419 servidores públicos estaduais.

A descoberta dessas irregularidades tem permitido aos estados, implementar mecanismos de controle, supervisão e gestão das informações previdenciárias e de pessoal, otimizando a qualidade dos estudos e decisões estratégicas ligadas às políticas de pessoal.

O Programa aplicou apenas R\$ 214,00, em média, para detectar cada servidor em situação irregular, sendo que em alguns estados o investimento necessário foi de apenas R\$ 40,00. Esse resultado considera ganhos com a “limpeza” da folha de pagamento bem como o resultado do cruzamento da base de dados do Estado com o Sistema de Óbitos – SISOB, do INSS.